



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 3825 - EX (2020/0010340-2)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : C A DA S  
**ADVOGADO** : ANA CAROLINA BRAZ - MG113879  
**REQUERIDO** : G D G

### DECISÃO

C. A. da S. requereu a homologação da sentença estrangeira proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única do Tribunal Ordinário de Siena, Itália, que dissolvera seu casamento com G. D. G.

O requerido anuiu ao pedido de homologação (fls. 19-20), o que dispensa o procedimento de citação.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela homologação (fl. 44).

É o relatório. Decido.

Para ser homologada no Brasil, a sentença estrangeira deve reunir os seguintes requisitos: a) ter sido proferida por autoridade competente; b) ter sido precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia; c) ser eficaz no país em que foi proferida; d) não ofender a coisa julgada brasileira; e) não conter manifesta ofensa à soberania nacional, à ordem pública, à dignidade da pessoa humana nem aos bons costumes (arts. 963 do CPC, 17 da LINDB e 216-C a 216-F do RISTJ); e f) estar acompanhada de tradução oficial e de chancela consular ou apostila, salvo disposição que as dispense prevista em tratado.

Os documentos necessários à pretensão foram devidamente apresentados. Consta dos autos a sentença estrangeira (fls. 11-13), acompanhada de tradução (fls. 16-18), bem como a comprovação do trânsito em julgado, a dar eficácia à decisão (fl. 14). Dispensa-se a chancela consular ou a apostila diante da autenticação por notário italiano (art. 12 do Tratado Relativo à Cooperação Judiciária e ao Reconhecimento e Execução de Sentenças em Matéria Civil entre Brasil e Itália, promulgado pelo Decreto n. 1.476/1995).

Ante o exposto, **homologo o título judicial estrangeiro de divórcio.**

Expeça-se a carta de sentença.

Publique-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente